

a mecanização do cadáver – a má sorte dos animais

christian ferrer*

Na ocasião do dilúvio universal, foram anunciadas a Noé duas missões: salvar um pequeno núcleo humano e todos os animais da terra, e não somente durante a catástrofe, mas o tempo suficiente para sua posterior conservação e reprodução. Na arca, emblema da comunidade de todos os seres vivos em momentos difíceis, os animais são cuidados, pois desconhecem a causa de sua má sorte. Eles foram extirpados de seu ambiente natural apesar de serem inocentes.

Como um cão

Era um vira-lata e respondia unicamente ao nome de “Dash”. Fora entregue à ciência com a finalidade de testar a eficácia da eletricidade aplicada à arte de matar. Descarregaram-se primeiro 300 volts no corpo do cachorro, fazendo-o estremecer até o uivo, seguiu-se depois com 400 volts, que também não acabaram com

*Professor na Universidade de Buenos Aires.

A mecanização do cadáver — a má sorte dos animais

sua vida, e assim a corrente chegou aos 700 volts e, mesmo que sua língua pendesse como um badalo, ainda continuava vivo. Na quarta tentativa, sucumbiu, em Nova Iorque, no dia 30 de junho de 1888. A comissão estatal encarregada de selecionar um método alternativo à forca — o predileto até então — considerou trinta e quatro propostas diferentes, que contemplavam ser lançado de um canhão, ser fervido em carne viva e ser jogado numa horda de animais selvagens. O leque foi fechado sobre quatro propostas: o vil garrote, a guilhotina, a injeção subcutânea (possibilidade descartada porque “a morfina poderia eliminar no réu o grande medo da morte”) e a eletrocussão, que terminou por satisfazer os membros da comissão. Dois anos mais tarde, Francis Kemmler seria sua primeira cobaia humana: levantara a mão contra sua esposa, fatalmente. Na nova fórmula judicial que lhe fôra lida estipulava-se o seguinte: “Você foi condenado a sofrer a pena de morte por meio da eletricidade”. O condenado respondeu ao tribunal: “Estou disposto a morrer pela eletricidade. Sou culpado e devo ser castigado. Estou pronto para morrer. Estou contente porque não serei enforcado. Acredito ser muito melhor morrer pela eletricidade do que por enforcamento. Não me provocará nenhuma dor”. Estava errado, e muito.

A sentença não foi executada imediatamente, pois Kemmler recorreu da resolução, que seria depois confirmada. Entre grades foi batizado na fé metodista e inclusive aprendeu a ler, pois tivera ingressado analfabeto à prisão. Sua execução não foi simples. Tampouco a dos sucessivos cachorros, e também cavalos, com os quais se acabou de aprontar o carrasco de quatro pés. A guilhotina, em seu momento, foi tida como considerável melhora em relação aos enforcamentos e fuzilamentos de costume, e a cadeira elétrica agora prometia dar uma morte tão veloz que inclusive passaria inadvertida

para o condenado. Este artefato fatal ingressava suavemente na consideração progressista das invenções científicas: precisas, infalíveis, “modernas”; e sem dúvida não foram seres mascarados os que aprontaram a primeira execução, mas sim engenheiros e eletricitas. Quando foi levado para o último lugar que veria em vida, Francis Kemmler disse aos curiosos presentes: “Cavalheiros, lhes desejo boa sorte. Acredito que vou para um lugar melhor e estou pronto para partir. Só quero acrescentar que muito se disse sobre a minha pessoa que não é verdade. Sou bastante ruim, mas é cruel me tirar deste mundo pior do que eu”. Estando sentado e de mãos amarradas foi dada a ordem de descarregar os 1000 volts combinados. Segundo relataram as testemunhas, o corpo de Kemmler enrijeceu repentinamente, os olhos saíram das órbitas, e a pele empalideceu. Um médico certificou a morte do réu dezessete segundos depois. Entretanto, Francis Kemmler não tinha morrido e vários dos que assistiam disto deram aviso. Então foi elevada a corrente a 2000 volts e a saliva começou a fluir pela boca, e suas veias romperam-se e as mãos se encheram de sangue. No final, o corpo todo ardia em chamas. Aconteceu no dia 6 de agosto de 1890.

Paleontologia e política

Charles Darwin publicou *A origem das espécies* em 1859, e seu complemento em 1871, com *A origem do homem*. Dois raios cravados sobre um céu sereno. Animal “evoluído”, o homem seria uma pirueta autoprovocada por um macaco. Logo após a morte de Darwin, foi iniciado na Europa um áspero debate não isento de seqüelas políticas em torno ao “darwinismo social”, que se sobrepôs à polêmica paralela entre evolucionistas e creacionistas. Por certo, “a sobrevivência do mais apto” não é um lema que resulte de imediato agradável para des-

crever a promoção das espécies. Houve aqueles que privilegiaram a condição “gladiatorial” dessa luta e lhe deram significados políticos e morais à hipótese de Darwin: a natureza, um quadrilátero; as espécies, boxeadores solitários. O príncipe Piotr Kropotkin, anarquista e cientista, confronta-os em 1902. Em *O apoio mútuo*, obra que recebeu certa consideração pública, Kropotkin identificou dois tipos distintos de luta. A do *organismo contra o organismo pelos recursos limitados*, uma postal de coliseu romano que podia satisfazer a impressionável sensibilidade burguesia do século XIX; e a do *organismo e a espécie unidos contra o meio ambiente*, comunal que garante melhor a sobrevivência do que o combate. Bandos e manadas cooperam, e assim prosperam. Aquele príncipe profetizou, retroativamente e com lógica tenebrosa, que a dominação do homem pelo homem era uma conseqüência deslocada da dominação, maltrato e matança dos animais por parte do homem.

Tábula rasa

Seria pronunciado o auto de fé dos cultos e atualizados: o corpo se sustenta na cultura, não na dotação biológica. Mas se a história se inscreve no volume de carne como se este fosse uma lousa límpida, a linhagem animal perde seu elo. Ironicamente, aquela certeza humanista culmina agora em numerosos sociólogos e filósofos que depositam na biotecnologia a esperança de uma mudança positiva para o destino histórico da espécie. Já são legião: uns comemoram a continuidade “irreversível” entre máquinas e homens, e outros deliram com artefatos que reproduziriam “inteligência” e “emoções” humanas. Todos entendiam. Negada a designação “animal” no ser humano, a descontinuidade se torna abissal e, então, encurralar o resto do reino animal contra o precipício é questão de tempo. Na vida social, o

“drama da diferença” pode conduzir à negação ou ao desrespeito de direitos, à tolerância ou à aceitação do alheio, e também ao reconhecimento dos atributos do “outro” que há em “mim”. Estas operações emocionais e políticas se tornam raras quando se aborda a diferença animal. Domínio, piedade, concessão de “direitos”? A questão nos concernirá unicamente quando se assuma que a destruição do corpo humano está diretamente vinculada ao tratamento dado ao resto dos seres vivos. O bumerangue costuma retornar violentamente ao braço que o lançou. Depois de tudo, o ser humano bem poderia ser uma errata da natureza, e a história humana sua persistência fatal. Mas os animais estavam antes.

Descuido

Milhões de anos atrás, a massa continental original se fragmentou em vários pedaços e foi quando a Oceania ficou desvinculada da sorte ecológica das outras terras. Quando os maori chegaram desde a Polinésia ao que hoje chamamos Nova Zelândia, perto do ano 1300 depois de Cristo, se encontraram com o moa, o maior pássaro que existia no mundo, que não podia voar. Sendo um dos alimentos preferidos dos maori, foi extinto no século XVII. Porém, em 1893 descobriu-se que numa pequena ilha chamada Stephens, localizada no Estreito de Cook, que separa as duas grandes ilhas, a Ilha do Norte da Ilha do Sul, tinham sobrevivido algumas espécies de aves, algumas do tamanho de um frango e incapazes de voar, que havia séculos estavam extintas no resto do arquipélago. Rapidamente, o governo neozelandês proibiu as pegadas humanas nessa cápsula isolada no tempo, a declarou “reserva natural” e mandou construir um farol. Um ano depois, todos os pássaros estavam mortos. O assassino, entretanto, era inocente. O encarregado do farol tinha desembarcado na ilha junto com um gato que levou apenas

A mecanização do cadáver — a má sorte dos animais

um ano para acabar com todos os pássaros. Apenas um ciclo de contato com a cultura humana dera baixa a cem milhões de anos de evolução. Para sempre.

Defensores

As primeiras vítimas defendidas não foram cachorros e gatos, muito menos baleias, mas cavalos, asnos e mulas. As sociedades filantrópicas de “proteção aos animais” foram criadas no rescaldo da revolução industrial, quando a “tração a sangue” era o meio de viabilidade mais habitual e o maltrato era contínuo e à vista de todos. No final do século XIX, foram fundadas organizações contra a vivisseção, dedicadas majoritariamente a “criar consciência” em uma época na qual a experimentação científica estava se “profissionalizando”, na qual se requeriam maiores quantidades de animais a modo de cobaias “de índias” e na qual destripar animais nas escolas públicas resultava ser um tópico do currículo. Suas conquistas foram escassas porque na Europa e nos Estados Unidos, onde chegaram a ser ricas e poderosas, a renúncia à ação política foi pobremente compensada pelo recurso da “campanha de conscientização”. Mas, uma época na qual se criava intensivamente o gado com a finalidade de assassiná-lo e na qual se contavam aos milhões os animais com os que se experimentava em laboratórios, já precisava de outro tipo de orientação política. O “Movimento de Libertação dos Animais” propagou uma nova definição política da relação entre homem e animal. Isso aconteceu perto de 1970.

Sub-humanos

A vida — e a morte — dos animais tem sido mecanizada: já são produtos cujo controle de qualidade exige a imposição de certas doses de crueldade. Os cepos e arma-

dilhas provocam um imenso padecimento, além de prolongar a agonia do animal durante dias. A compra e venda de espécies “exóticas” resulta ser o prelúdio de sua extinção, ao provocar o retrocesso da diversidade genética necessária para sua promoção. E, enquanto os potentados do extremo oriente continuam adquirindo ilegalmente pó de corno a modo de afrodisíaco, será muito difícil salvar a atual população de rinocerontes negros. E afinal, a criação de gado, que supõe castração, separação de mãe e filho, marcação, transporte ao matadouro e morte prematura, atividades interditas para com os seres humanos, *salvo que se quebre o laço de continuidade com algum grupo humano específico*, fato acontecido sessenta anos atrás na Europa com milhões de homens e mulheres inermes. Relembre-se: até século e meio atrás, e nos Estados Unidos, era perfeitamente legal separar as mães de seus filhos, transportar estes últimos ao mercado, e também matá-los antes de tempo. Durante o ciclo da escravatura, as mães não costumavam desenvolver afetos fortes com suas crianças, pois com a idade de seis anos já podiam ser comercializados. Por certo, naqueles tempos os proprietários costumavam fazer com que seus escravos lutassem entre si, com argola ao pescoço e em combates a morte. E apostavam, como ainda se faz nas brigas de galo ou de cachorros de luta.

Estômago

Nada mais errôneo do que entendê-lo como invenção contemporânea. O naturismo foi uma doutrina amplamente difundida desde o final do século XIX, no Ocidente, e atizada, em especial, pelos anarquistas, sempre preocupados por melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Distintas veias confluíam nessa esquecida ecologia social dos pobres: ideais existenciais de “boa vida”; a propaganda da alimentação “protéica-racional” nos bairros ope-

A mecanização do cadáver — a má sorte dos animais

rários; a difusão da “biofilia”, o nudismo e o vegetarianismo; a criação de centros de medicina natural; a promoção da “procriação consciente”. Não faltaram, entre os anarquistas, comunas e restaurantes vegetarianos ou tampouco piquetes contra açougues. Para suas escolas, também chamadas “racionalistas”, a vivisseção era alheia. Pelo contrário, ensinavam a vida da natureza por meio de passeios pela cidade destinados a identificar e escutar os pássaros, ou também inspecionando os prósperos nichos de insetos sob os azulejos.

Vegetarianismo e anarquismo não conformaram uma excentricidade ideológica, mas uma aliança entre política e cultura popular. Os pobres sempre alimentaram-se com vegetais, pois a carne animal foi, e continua sendo, um privilégio de ricos. Na China e na Índia, faz milhares de anos que a comida está confeccionada na base de vegetais. Por certo, os indianos reverenciam as vacas mas não deixam de ordenhá-las. Entretanto, o disparate não pára de se expandir: o gado precisa de alimento proveniente de terras de cultivos que poderiam ser usadas para alimentar a espécie humana com proteína vegetal; são destruídos bosques para dar lugar a terras de pastoreio; e as frota pesqueiras capturam um cinquentá por cento de pesca imprestável que sucumbe no navio fábrica. Ao considerar que os vegetais produzem dez vezes mais proteínas do que a carne, cabe concluir que a indústria da proteína animal colabora com o aumento da fome no mundo. Só um boicote poderia deter esta trituradora.

O especismo

A palavra “especismo” resume a contribuição de Peter Singer para a história das idéias. Em seu *Animal Liberation*, de 1975, argumentou que ao nos orientar por princípios éticos que promovem a diminuição do sofrimento e

o aumento do bem-estar, não seria aceitável provocar dor a uma espécie em função dos interesses de um grupo definido por seu estatuto superior. E, na suposição de que os animais tenham interesses, *o primeiro deles seria não sofrer*. Mas se diz que os animais não têm inteligência, sem a qual é impossível estabelecer uma simetria de interesses. Mas um macaco demonstra maior inteligência do que um bebê, e não por isso consideramos este último um inferior. E também, que os animais não têm autonomia fora do seu ciclo instintivo. Mas um doente grave ou um bebê tampouco a têm, e não por isso descuidamos deles. E também, que os direitos supõem reciprocidade, e os animais não a concedem. Mas tampouco as crianças costumam outorgá-la, nem podem concedê-la aqueles que experimentam uma “vida vegetativa”, e o fato de que as futuras gerações não existam ainda não é critério para fazer da terra um pântano. Enfim, que ausente nos animais uma linguagem auto-reflexiva, não haveria laço possível com o humano. Mas tampouco os bebês podem se expressar de tal maneira ainda que disponham da faculdade para o fazer no futuro, e em outras épocas os surdos-mudos também careciam de linguagem. Não há provas científicas para “comprovar” a necessidade de acabar com a destruição dos animais. Trata-se, apenas, de um ideal orientador. No passado, foram publicados livros “científicos” que “provavam” a inferioridade “natural” dos escravos, ou das mulheres, ou dos que não fossem brancos. Justamente, o especismo nega os interesses de outras espécies a partir de preconceitos favoráveis à própria. Mas a negação a levar em consideração outros padecimentos requer do encobrimento do processo. É uma condição prévia afetiva imprescindível para engolir cadáveres.

Não

Em 1988, uma adolescente chamada Jennifer Graham negou-se a realizar uma vivisseção em sua aula de biologia. Tendo sido abaixada sua nota devido à sua negação, a jovem iniciou um julgamento ao Estado da Califórnia, e venceu. A dissecação em vivo já não seria obrigatória nesse estado a partir de então. Uma lei caída por causa da palavra não.

Um só homem

“Quantos coelhos Revlon deixa cegos por causa da beleza?”. Esta pergunta, publicada em primeira página no *New York Times* do dia 15 de abril de 1980, conseguiu que milhões de dólares em ações da corporação hegemônica no mercado da cosmética despencassem em menos de vinte e quatro horas. Até então, a pasta de blush ou de rímel era testada em coelhos, nos quais se aplicavam em profusão os produtos na mucosa ocular com a finalidade de pesquisar se o excesso de substância cosmética produzia algum efeito. A consequência era a cegueira final do animal, prévia ulceração progressiva do olho. O aviso se repetiria duas vezes mais até curvar a Revlon. Daí em diante, o “animal testing” foi abandonado e o “controle de qualidade” se fez em imitação artificial da carne vivente. O mesmo caminho foi seguido pelo resto da indústria cosmética, temerosa do custo a ser pago em publicidade negativa. Henry Spira, membro exclusivo de uma organização dedicada à “libertação animal”, havia pagado por esse aviso.

Em dezembro de 1955, e na cidade de Montgomery, uma mulher chamada Rosa Parks negou-se a ceder seu lugar a um passageiro branco, roque forçado contemplado pelas leis do Estado de Alabama. O homem branco reclamou ao motorista, quem não pôde persuadir a mu-

lher de abandonar sua atitude. Obstinado, o homem levou a juízo a empresa de transportes. A resposta foi o boicote: durante sete meses milhares de pessoas foram e voltaram caminhando até conseguir derrogar a ordenança municipal. Foi o começo do movimento de luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Henry Spira, um jovem trotskista, cobriu o conflito para seu jornal, e da simples observação dos acontecimentos aprendeu algumas coisas. Depois, deixaria o partido e seu ofício de marinho mercante e se transformaria em professor de escola. E assim até 1973.

Em abril de 1973, a *The New York Review of Books* publicou um comentário favorável à edição recente de livros que tratavam o tema dos direitos dos animais. O autor da resenha era Peter Singer. Meses depois, Henry Spira lê numa publicação trotskista de escassa tiragem uma crítica à crítica de Singer; basicamente uma denúncia da “bancarota - intelectual - dos - intelectuais - de - esquerda - que - em - lugar - de - defender - os - trabalhadores - se - dedicam - a - causas - supérfluas”. Mas Spira, muito treinado na arte de ler entrelinhas, interessou-se, e participou de um curso de “extensão” na Universidade de Nova Iorque no qual Singer expôs avanços de seu *Animal Liberation*. Compareceram vinte pessoas e Henry Spira era uma delas. Nesse âmbito foi fundada a Animal Rights International.

Era preciso escolher onde golpear. Em 1975 o Museu Americano de História Natural guardava arquivos e objetos, mas também um laboratório onde se experimentava com felinos, aos que se lhes extirpavam os órgãos sexuais e se lhes induziam lesões cerebrais com a finalidade de investigar sua conduta reprodutiva. Constatação tão cruel como desnecessária para o mundo. O grupo começou com cartazes e distribuição de panfletos na entrada do Museu. Aos poucos, as rádios começaram

a se ocupar do caso. Num primeiro momento, o Museu ignorou as reclamações, mas logo teve de se defender, pois uma comissão parlamentar decidiu inspecionar o laboratório. Ed Koch, futuro prefeito de Nova Iorque, inquiriu sobre a natureza das experiências e lhe foi mostrado um gato macho com lesões cerebrais induzidas encerrado numa jaula onde também havia uma gata e um coelho fêmea. Koch perguntou pelas seqüelas da experiência: acaso a preferência sexual do felino seria afetada pela lesão? Foi a resposta que o gato ia indistintamente com a coelha ou com a gata. Koch voltou a perguntar: “E o que opina a coelha de tudo isto?”.

O clima de opinião daqueles anos não favorecia este tipo de ativismo. Os “líderes de opinião”, políticos e jornalistas não levavam a sério a questão; e o desprezo da comunidade científica em relação aos opositores de experiências com animais era incomensurável. Entretanto, Henry Spira teve sempre cuidado de se confrontar com a ciência em si mesma. Afinal, a pressão da opinião pública conseguiu que o museu fosse obrigado a suspender as experiências e a se desfazer dos pesquisadores. O epitáfio dos mesmos foi cinzelado em outubro de 1976 pela influente revista *Science*, que deu o golpe de misericórdia. *Science* abandonou o Museu à sua sorte talvez porque já se tornava evidente que não era possível defender *qualquer experiência* realizada com animais, e também porque naquele laboratório costumavam dar nomes de famosos cientistas vivos aos felinos lobotomizados ou castrados; entre outros, o do diretor da revista *Science*.

Foi o começo. Seguiria a confrontação com a indústria cosmética. Nos anos noventa Spira lançou uma campanha destinada a humilhar um gigante, Mc Donald’s, pois se as experiências “científicas” realizadas no Museu de História Natural supunham a castração e dano

de centenas de felinos, e se a experimentação em cosmética dizia respeito à sorte de milhares e milhares de coelhos, a produção de carne de vaca ou de frango para hambúrguer implicava a mecanização da vida e a morte de milhões de animais. A campanha culminou em um julgamento iniciado e ganho pela empresa, ainda que o veredicto se constituiu numa falsa vitória para a Mc Donald's, que sequer tentou cobrar as centenas de milhares de dólares creditados na conta do defensor dos animais. Henry Spira morreu no ano de 2001. As muitas conquistas que conseguiu para sua causa se desprendiam do potencial político da palavra "libertação", olho da fechadura dos anos sessenta e setenta, estendida agora ao reino animal.

Hominização

O longo processo de hominização culminou num desequilíbrio. Transformado no árbitro de todas as espécies, o homem as submeteu ao seu arbítrio. É um acontecimento que não pode ser revertido, nem redimido, e talvez tampouco possa ser detido. A progressão da história humana, e o nível de suas necessidades, assim o exigem. É uma experiência imensa e cruel desenhada para antedatar a chegada do Apocalipse, começando com o dos animais. Tratar-se-ia de remover a ordem dada a Noé: não a conservação e cuidado da vida, mas seu holocausto.

Tradução do espanhol por Natalia Montebello.

RESUMO

Uma analítica da história desenha territórios de saberes que evidenciam a atualidade de se pensar a espécie como problema político e o corpo como extensão onde a política instaura verdades. Dimensionada assim, a política permite combinar práticas sobre a pena de morte, sobre o homem como espécie diante de outras espécies, sobre saberes evolucionistas e criacionistas, como experimentação histórica sobre o presente.

Palavras-chave: evolucionismo, espécies, direitos

ABSTRACT

An analysis of History draws territories of knowledge that highlight the importance of thinking the species as a political problem and the body as an extension where politics states truths. Put in that way, politics is able to mix practices over death penalty, the Man as a specie facing other ones, evolutionism and creationism as historical experimentations over the present.

Keywords: evolutionism, species, rights

Recebido para publicação em 19 de maio de 2004.